



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 039 , de 11.05.93.

CORRESPONDÊNCIA

Recebida em

11/05/93

às 17:30 horas

Edna

Exmº Sr.

Vereador Luiz Tarcísio Peixoto Guimarães

Presidente da

Câmara Municipal de Ubá

NESTA

A C.L.J.R. e C.O.F.T.C. com
repro ao Vereador Bimilson Gi-
sar Penna Costa.

Ubá-MG, 11/05/93.

Vereador Luiz Tarcísio Peixoto Guimarães
Presidente da Câmara

Senhor Presidente,

Cumpre-nos encaminhar a V.Exª, para tramitação e votação ' da egrégia Câmara Municipal de Ubá, o Projeto de Lei anexo que **"estabelece diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 1994"**.

O presente projeto de Lei — que será o referencial na elaboração da Proposta Orçamentária do Município de Ubá para o próximo exercício financeiro — atende ao disposto nas normas vigentes, quais sejam: art. 165, I da Constituição Federal; art. 68, II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 144, II da Lei Orgânica do Município de Ubá.

Como se pode depreender do documento em questão, a Proposta Orçamentária para 1994 conterá as prioridades da Administração Municipal, abrangendo os seguintes pontos: **Educação e Cultura, Saúde Pública, Saneamento Básico, Habitação e Urbanismo, Assistência Social, Proteção do Meio Ambiente, Transporte, Administração e Planejamento, Agricultura**, entre outros.

Assim, mandamos elaborar a presente matéria, a qual submetemos à apreciação dos senhores Vereadores e cuja tramitação esperamos ocorrer com a maior urgência possível.

Atenciosamente,


Dirceu dos Santos Ribeiro
Prefeito Municipal

Ubá, MG, 11 de maio de 1993.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

1/27

PROJETO DE LEI Nº 061/93, de 11.05.93.
(Ref. Mensagem nº 039, de 11.05.93).

Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 1994.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1994, será elaborada em conformidade com as diretrizes desta lei, em consonância com os dispositivos da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município de Ubá, e Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - A proposta orçamentária a que se refere o "caput" deste artigo, abrangerá o Poder Executivo, e Poder Legislativo e Autarquias.

Art. 2º - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1994, conterá estimativas de:

- a)- Receita Tributária, Receita Patrimonial, Receita Industrial, Receita de Serviços;
- b)- Transferências da União e dos Estados;
- c)- Operações de Crédito;
- d)- Alienações de bens;
- e)- Outras Receitas diversas admitidas em Lei.

Parágrafo Único - Os valores das Receitas Tributária, Patrimonial, Industrial e Receita de Serviços, serão estimadas com base nos valores corrigidos no orçamento de 1993, considerando:

- I - A previsão da expansão do número de contribuintes;
- II - A atualização do Cadastro Imobiliário Fiscal do Município;
- III - A previsão inflacionária para 1994;
- IV - O excesso de arrecadação verificado no exercício de 1993.

Art. 3º - A proposta orçamentária para 1994 conterá as prioridades da Administração Municipal, conforme abaixo se estabelece:

01 - Educação e Cultura - aplicação de 25% na manutenção e desenvolvimento do Ensino, face ao art. 212 da Constituição Federal.

02 - Saúde Pública



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍ
Gabinete do Prefeito

2/
JL

- 03 - Saneamento Básico
- 04 - Habitação e Urbanismo
- 05 - Assistência Social
- 06 - Proteção ao Meio Ambiente
- 07 - Transporte
- 08 - Administração e Planejamento
- 09 - Agricultura
- 10 - Pagamento da Dívida Contratada
- 11 - Pagamento de débitos constantes de Precatórios' Judiciários, apresentados até 1º de julho de 1994.

Art. 4º - A despesa do Município terá seu valor fixado em **80%(oitenta por cento)** do valor da Receita Orçamentária total estimada e será distribuída às unidades orçamentárias de acordo com as ' necessidades que cada unidade apresentar, de conformidade com as prio-
ridades estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 5º - Na programação e execução de obras da adminis-
tração pública Municipal será observado:

- I - As obras em execução terão prioridades sobre ' novos projetos;
- II - Os novos projetos só serão programados se hou-
ver viabilidade técnica, econômica e financei-
ra, previamente comprovada;
- III - Não serão programados novos projetos à custa de
anulação de dotações destinadas a projetos em
execução.

Art. 6º - A despesa com pessoal terá prioridade sobre ' as ações de expansão dos serviços públicos.

Parágrafo Único - Serão consideradas despesas com Pessoal:

- I - O pagamento de subsídios e verbas de representa-
ção dos agentes políticos do Município;
- II - O pagamento de Pessoal do Poder Legislativo do
Município;
- III - O pagamento do Pessoal de autarquias;
- IV - O pagamento de Pessoal ativo e inativo, inclusi-
ve pensionistas, do Poder Executivo do Municí-
pio;
- V - O pagamento do Salário Família aos servidores ' do Município;
- VI - O pagamento das contribuições para formação do
Patrimônio do Servidor Público - PASEP;
- VII - O pagamento das obrigações Patronais do Municí-
pio;
- VIII - O pagamento de Pessoal designado, na forma da
Lei, para prestação de serviços temporários;
- IX - O pagamento de indenizações trabalhistas.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

3/
81

Art. 7º - Somente serão destinados recursos para subvenções Sociais, Contribuições ou Auxílios Financeiros a entidades de utilidade pública, reconhecida por Lei Municipal, sem fins lucrativos, em cujos Estatutos constam objetivos claros voltados para o bem estar sócio-cultural da população do Município de Ubá.

Art. 8º - Figurará na Lei Orçamentária uma Reserva de Contingência de 20% (vinte por cento) do valor da Receita Orçamentária total estimada.

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado pelo Chefe do Executivo à Câmara Municipal de Ubá até 30 de setembro de 1993, e deverá ser devolvida para sanção até 30 de novembro de 1993.

§ 1º - O não encaminhamento, pelo Chefe do Executivo, do Projeto de Lei Orçamentária anual à Câmara, no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, implicará a elaboração, pela Câmara Municipal, da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 1994, baseada no Orçamento de 1993, com os valores corrigidos monetariamente.

§ 2º - A não devolução, pela Câmara Municipal, do Projeto de Lei Orçamentária anual para sanção, no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, implicará a promulgação, como Lei, do Projeto originário do Poder Executivo.

§ 3º - Rejeitado pela Câmara Municipal o Projeto de Lei a que se refere o art. 1º desta Lei, prevalecerá, para o exercício de 1994, o Orçamento de 1993, com os valores corrigidos monetariamente.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Ubá, MG, 11 de maio de 1993.


Dirceu dos Santos Ribeiro
Prefeito Municipal